



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

*Versão para registro histórico*

*Não passível de alteração*

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

<b>CPI - EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES</b>			
<b>EVENTO:</b> Reunião Ordinária	<b>REUNIÃO Nº:</b> 0136/14	<b>DATA:</b> 19/03/2014	
<b>LOCAL:</b> Plenário 11 das Comissões	<b>INÍCIO:</b> 16h06min	<b>TÉRMINO:</b> 16h24min	<b>PÁGINAS:</b> 8

**DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO**

**SUMÁRIO**

Reunião para apreciação e deliberação de requerimentos.

**OBSERVAÇÕES**

Não houve expressa concessão da palavra a alguns oradores.



**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Havendo número regimental, declaro aberta a presente reunião.

Tendo em vista a distribuição de cópias das atas da 44ª à 53ª reunião a todos os presentes e a todas as presentes, indago sobre a necessidade de suas leituras.

**A SRA. RELATORA** (Deputada Liliam Sá) - Sra. Presidente, eu peço a dispensa da leitura das atas.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Dispensada a leitura das atas a pedido da Deputada Liliam Sá.

Em discussão as atas. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-las, passamos à votação.

As Deputadas e os Deputados que as aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

As atas foram aprovadas.

Comunico que o Deputado Lourival Mendes, do PTdoB do Maranhão, passou a integrar esta CPI como titular, em substituição à Deputada Rosinha da Adefal, do PTdoB de Alagoas.

Comunico que o Deputado José Linhares justifica a sua ausência à presente reunião por estar acompanhando comitiva da Presidenta da República, Dilma Rousseff, em viagem ao Estado do Ceará, ao qual pertence o Deputado.

Passemos à Ordem do Dia.

Apreciação dos requerimentos.

Item 1. Requerimento nº 169, de 2014, da Deputada Liliam Sá, que *“requer sejam convocados para prestarem depoimento os senhores, José Lauro Rocha da Silva, dono da empresa Santana Turismo Ecológico; Daniel Geraldo Lopes; Juscelino de Souza Motta; Admilson Garcia da Silva e Adilson Garcia da Silva, réus do caso de exploração sexual de meninas indígenas em Autazes/AM”*.

Em votação.

Os Deputados e Deputadas que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

O requerimento foi aprovado.

Item 2. Requerimento nº 170, de 2014, também da Deputada Liliam Sá, que *“requer sejam convocados para prestarem depoimentos, o Secretário Municipal de*



*Comunicação de Coari, Daniel Maciel, e a Secretária de Desenvolvimento Social, a Psicóloga Margarida Carvalho”.*

Em votação.

Os Deputados e Deputadas que o aprovam permaneçam como se encontram.

*(Pausa.)*

O requerimento foi aprovado.

Item 3. Requerimento nº 171, de 2014, da Deputada Liliam Sá, que *“requer seja requisitada à 4ª Vara Federal do Amazonas cópia da Ação Penal contra o americano Richard Schai, proprietário da empresa Wet-A-Line”.*

Em votação.

Os Deputados e Deputadas que o aprovam permaneçam como se encontram.

*(Pausa.)*

O requerimento foi aprovado.

Não havendo mais nada a tratar, agradeço a presença de todas e todos...

**A SRA. RELATORA** (Deputada Liliam Sá) - Sra. Presidente...

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Deputada Liliam Sá.

**A SRA. RELATORA** (Deputada Liliam Sá) - Nós pedimos cópia do processo desse americano porque estamos investigando aquela questão de Autazes e nós sabemos que houve o envolvimento de americanos na exploração sexual de crianças e adolescentes — há um vídeo da *BBC de Londres* sobre a exploração sexual no Brasil, e os Estados Unidos estariam fazendo essa investigação aqui. Na prática de pesca esportiva, nos barcos acontece a exploração sexual de meninas.

E nós ouvimos aquelas testemunhas do caso de Estocolmo: um estrangeiro envolvido na questão da exploração sexual de crianças paga até 10 mil reais para as meninas fazerem sexo com estrangeiros naquela área.

Então, o caso é muito emblemático. Nós temos que estudar para saber o que avançou nesse processo, porque há o envolvimento de políticos americanos nesse esporte, que é a pesca esportiva no Amazonas.

A CPI foi prorrogada por mais 30 dias. Então, nós temos pouco tempo.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Não foi prorrogada, não.

**A SRA. RELATORA** (Deputada Liliam Sá) - Ontem eu vi no *síte* que estava sendo prorrogada por 30 dias. Depois vai ser por mais 30. Ainda não foi?



**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Não.

**A SRA. RELATORA** (Deputada Liliam Sá) - Então, não foi ainda, e nós sabemos que há nesta Casa uma discussão no sentido de que não querem prorrogar a CPI até o mês de agosto. O nosso prazo está muito pequeno. Nós temos ainda que ir ao Pará. Ainda temos que ver esse caso de Autazes. Temos que ir com o Deputado Luiz Couto à Paraíba. Temos que resolver a questão das ossadas das meninas desaparecidas no Rio de Janeiro.

Então, eu gostaria de pedir a esta Comissão que pudéssemos marcar nossas viagens o mais breve possível, porque eu, como Relatora, preciso de tempo hábil para fazer o nosso final.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Eu estou de acordo, Deputada Liliam Sá. Vamos estabelecer isso.

Nós solicitamos a prorrogação por 120 dias, e houve a oposição de alguns partidos desta Casa, que se recusaram a concordar com essa prorrogação e sugeriram a prorrogação de 30 dias, que nós não aceitamos. Portanto, não foi à votação. Está em aberto ainda, e nós estamos insistindo nos 120 dias, pela responsabilidade que nos cabe. Nós não podemos permitir uma prorrogação de apenas 30 dias, porque ela é insuficiente para que nós possamos dar continuidade aos trabalhos da CPI e encerrá-los.

Nós temos um seminário, em formatação, para discutir as grandes obras; nós temos os casos de Amazonas, onde foi criada uma CPI que poderia ajudar, emprestar provas para a CPI federal. Entretanto, a CPI do Amazonas só será instalada depois das eleições. Depois das eleições, ela não vai ter tempo hábil para fazer qualquer tipo de trabalho, porque as eleições se encerram no final de outubro, se tiver segundo turno, ficando, então, 2 meses, e é impossível que qualquer CPI possa ofertar à sociedade um trabalho profundo sério em apenas 2 meses. Portanto, a legislatura está se encerrando este ano, e nós temos um pessimismo acerca da existência dessa CPI no Estado do Amazonas. Por isso que disse.

Nós estamos elaborando, e devemos estar apresentando o mais breve possível — vamos passar para a Relatora para que possa ver —, uma solicitação de intervenção no Município de Coari. O Prefeito de Coari está preso, foi afastado da sua função, graças ao trabalho desta CPI e de outros agentes e protagonistas que



contribuíram com esse processo. Encerrar esta CPI agora é impedir que ela continue na desconstrução da impunidade que nós estamos vendo em vários locais deste País.

Por isso, nós fizemos uma discussão com os Líderes partidários dos partidos que não estão querendo aprovar a prorrogação desta CPI, para que nós possamos ter perspectiva de conclusão dos trabalhos. A nossa previsão, segundo o relato da própria Relatora, segundo a constatação da própria Relatora, e pelos trabalhos que nós temos desenvolvido, é de que nós precisamos até o mês de agosto para que possamos aprovar o requerimento, discutir e aprovar o relatório, e entregar à sociedade e às outras esferas do Estado os trabalhos desta Casa Legislativa.

Portanto, movidos pela responsabilidade que nos cabe, nós não concordamos com a prorrogação por apenas 30 dias. Nós estamos insistindo na prorrogação por 120 dias. Vamos ver se nós conversamos hoje com o Presidente da Casa, para ver se temos o apoio dele. Devemos, e queremos, na próxima semana, levar essa discussão para o Colégio de Líderes. Talvez os Líderes da Casa não tenham conhecimento da dimensão do trabalho desta CPI e dos resultados que ela já tem.

Não apenas no Estado do Amazonas, mas também em Santa Catarina nós conseguimos a prisão preventiva de uma pessoa envolvida em exploração sexual, para que o processo judicial possa correr com imparcialidade, porque as supostas vítimas estavam sendo abordadas e assediadas pelo réu nesse processo. Nós conseguimos o exame das ossadas no Rio de Janeiro; conseguimos também aumentar a sentença de uma pessoa envolvida em pelo menos 12 dos 17 desaparecimentos em condições muito semelhantes de meninas, meninas mesmo, no Município do Rio de Janeiro.

Então, esta CPI tem resultados e tem uma série de proposições de novos marcos legais e de nova legislação, na perspectiva de enfrentarmos definitivamente a exploração sexual de crianças e adolescentes e o turismo sexual no Brasil. Esperamos que os Líderes se sensibilizem com isso e que nós possamos ter a prorrogação necessária, para o bom andamento e a boa conclusão dos trabalhos desta CPI. Que ela não seja vítima de um término que a violenta nos seus trabalhos e na sua própria existência.



Feitas essas considerações, e não havendo mais nada a tratar, digo que nós recomendamos à Secretaria da CPI a elaboração de um calendário, para que nós possamos fazer as viagens que ainda precisam ser feitas. Provavelmente, nós vamos voltar ao Estado do Amazonas, porque nós temos a Operação Autazes, Estocolmo e o próprio caso de Coari. O ideal seria que nós voltássemos ao Estado do Amazonas e entregássemos, talvez em mãos, o pedido de intervenção, se fosse possível. O pedido de intervenção, nós o estamos elaborando. Isso exigiu certo aprofundamento, porque um pedido de intervenção tem que ser devidamente fundamentado, não pode ser a partir de impressões.

Nós solicitamos — não somos nós que incluímos, apenas solicitamos — a inclusão de mais uma pessoa no Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos, pessoa que está literalmente ameaçada. As ameaças relativas ao caso de Coari têm crescido e estão se tornando cada dia mais ousadas.

Então, talvez seja a perspectiva de que as pessoas que estão supostamente envolvidas, percebendo que há um desenvolvimento e um ritmo diferenciado inclusive no Poder Judiciário... O Poder Judiciário, penso eu, entra no ritmo que a sociedade exige que ele tenha nesses processos de Coari, e talvez em função disso, percebendo-se que existe outro tipo de atitude do Estado e da própria sociedade de enfrentamento da exploração social, há um recrudescimento das ameaças para tentar calar. Esta CPI não vai se calar.

**A SRA. RELATORA** (Deputada Liliam Sá) - E um dos nossos advogados que a CPI indicou para...

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Foi ameaçado de morte.

**A SRA. RELATORA** (Deputada Liliam Sá) - Isso, foi ameaçado. O Fábio Amorim.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Dois advogados foram ameaçados. Outros já vinham sendo ameaçados através das redes sociais, da Internet. Flávio Brito já tinha sido ameado anteriormente, e essa ameaça se recrudescceu. Houve casas baleadas, como nós atestamos lá, e uma pessoa que teve a casa baleada está sendo perseguida.

O caso, a Deputada Liliam conhece tão bem quanto eu, ou talvez melhor. Mas há pessoas que saíram do Município para se proteger, porque contribuíram com os



trabalhos de desmembramento da rede de exploração, e estão sendo ameaçadas em outro Município. Nós temos o caso da pessoa que teve a casa baleada e que deu uma entrevista. Ela foi identificada — não pela CPI, a CPI teve todo o cuidado de preservar a sua identidade — a partir dessa entrevista. A televisão preservou a identidade, mas contou a história, e a história fez com que ela fosse identificada pelas pessoas que estão sendo acusadas. Essa pessoa já tinha se deslocado, saído de Coari para o Município de Manaus e, no Município de Manaus, ao se deparar com o portão do local onde estava trabalhando, viu um carro com as pessoas ligadas ao Prefeito Adail, que lá estavam esperando por ela, e ela teve que retornar. Esse clima de terror é inadmissível num Estado Democrático de Direito.

A Deputada Liliam Sá age corretamente ao convocar dois Secretários: o Secretário Municipal de Comunicação de Coari, porque há denúncias que apontam para ele ou para pessoas ligadas a ele que têm apresentado armas, tentado bloquear, atropelar — enfim, autores de ameaças são denunciados nesse sentido, e, obviamente, a gente colhe depoimentos para proceder à investigação —; e a Secretária de Desenvolvimento Social, que fez uma verdadeira devassa no Conselho Tutelar. Ou seja, como o Conselho Tutelar denunciou a exploração, ela suspendeu o pagamento de conselheiros e fez uma devassa em todas as denúncias, o que é inadmissível, porque fere o sigilo e revitimizava crianças e adolescentes que levaram a denúncia de violação de direitos. Essa ação é objeto de pedido de intervenção elaborado pelo Ministério Público no Município.

A Deputada Liliam faz corretamente: busca puxar o fio do novelo do turismo sexual, que nós já percebemos na Operação Estocolmo. Em alguns casos, de larga repercussão nacional, o turismo de pesca — obviamente, nós não estamos imputando nenhuma responsabilidade ao conjunto do turismo de pesca — encobre situações de exploração sexual.

Que nós possamos colher o depoimento dessas duas pessoas denunciadas como pessoas que estão ameaçando e, ao mesmo tempo, que nós possamos trabalhar no caso de Autazes, que é um caso de exploração sexual de meninas indígenas. Como nós dissemos, é um feixe de desigualdade de exploração de gênero, adultocêntrica, enfim, étnica.



**A SRA. RELATORA** (Deputada Liliam Sá) - Presidente, nós já temos aí um pedido, e podemos usá-lo de novo — acho que o Secretário da Mesa pode informar melhor —, para ouvirmos o Canarana. Se nós precisássemos de maiores esclarecimentos...

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Qual é o nome?

**A SRA. RELATORA** (Deputada Liliam Sá) - Ele tem outro nome, mas é conhecido como Canarana. Eu não me lembro direito do nome dele agora. Ele já esteve aqui na CPI e já falou...

**O SR. FRANCISCO DE ASSIS DINIZ** - Osglébio.

**A SRA. RELATORA** (Deputada Liliam Sá) - Osglébio, vulgo Canarana.

Como o requerimento foi aprovado, não seria preciso outro requerimento para chamá-lo novamente. É sobre um vídeo que foi postado no Youtube. Ele aparece nesse vídeo falando de várias pessoas que tinham envolvimento com o Adail em relação à exploração sexual e à pedofilia no Município de Coari.

Então, nós podemos convocá-lo novamente, para que ele possa prestar esclarecimento sobre esse vídeo, se ele se reconhecer nesse vídeo — nós vamos colocar o vídeo para que ele possa se reconhecer —, e confirmar o que ele falou no vídeo: o envolvimento dessas pessoas na rede de exploração sexual de crianças e adolescentes no Município de Coari, junto com o Prefeito Adail Pinheiro.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Nós tivemos notícia da divulgação desse vídeo, que está circulando, me parece, na Internet. A CPI não tem esse vídeo e a CPI também não aceita qualquer tipo de documento ou qualquer tipo de possíveis provas, ou potenciais provas...

**A SRA. RELATORA** (Deputada Liliam Sá) - A CPI tem o vídeo, sim. Eu recebi o vídeo. Eu tenho o vídeo, sim.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Nós recebemos na semana passada do Movimento Nacional de Direitos Humanos. Eu estou dizendo o seguinte: a CPI não tinha esse vídeo quando ele foi postado.

**A SRA. RELATORA** (Deputada Liliam Sá) - Isso é verdade.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Ela não tinha esse vídeo quando ele foi postado. A CPI recebeu esse vídeo depois que ele tinha sido divulgado na Internet. Na semana passada é que ele foi remetido oficialmente ao



Movimento Nacional de Direitos Humanos através do Renato. O Renato tem acompanhado inclusive os trabalhos da CPI quando ela está em Manaus. Obviamente, quando é possível acompanhar, porque os depoimentos todos são em caráter reservado, e nenhuma pessoa tem acompanhado esses depoimentos, com exceção, na última vez, do Ministério Público, que está desenvolvendo essas investigações também.

Então, feitos esses esclarecimentos, nós vamos, realmente, convocar de novo o Sr. Osglébio. Ele, estando preso, nós vamos ver a possibilidade de...

**A SRA. RELATORA** (Deputada Liliam Sá) - Ouvi-lo lá.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - De ouvi-lo lá. Nós vamos ver qual a forma que nós podemos efetivar para ouvir o seu depoimento.

Não havendo mais nada a tratar, e agradecendo a presença de todas e de todos, inclusive da Deputada Flávia Morais, que acaba de se retirar, declaro encerrada a presente reunião.